

Textos para Discussão FEE N° 107

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território

Camilo Pereira Carneiro Filho

Gabriela Garcia Sevilla

Róber Iturriet Avila

Porto Alegre, outubro de 2012



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Secretário: João Motta



DIRETORIA

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Dulce Helena Vergara

Informações Estatísticas: Cecília Rutkoski Hoff

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território

Camilo Pereira Carneiro Filho*

Geógrafo, doutorando em geografia (UFRGS) e bolsista do IPEA

Gabriela Garcia Sevilla**

Cientista social, mestranda em antropologia social e bolsista do IPEA

Róber Iturriet Avila***

Economista, doutorando no PPG em economia (UFRGS), professor da Unisinos e pesquisador da FEE

Resumo

Este artigo efetua um mapeamento, de caráter exploratório, da região da fronteira do Rio Grande do Sul com os países vizinhos. Para tanto, ele expõe a territorialidade espacial da fronteira gaúcha, aborda as políticas de planejamento socioeconômicos da região, elenca as principais atividades econômicas daquela localidade, indica as relevantes alterações econômicas em vista e aborda questões relacionadas à infraestrutura. Desta forma, o artigo tratará dos primeiros resultados obtidos do projeto de pesquisa "Mercosul e regiões da fronteira" realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; fronteira; Rio Grande do Sul.

Abstract

This paper is an incipient mapping of the border region of Rio Grande do Sul state with neighboring countries. In this sense, it covers the spatial territoriality of Rio Grande do Sul borders, the policies of socio-economic planning for the region, lists the main economic activities of the border region, shows economic changes in progress and discusses issues related to infrastructure. This paper has an exploratory character and treats the early results of the research project "Mercosur and border regions" conducted in partnership with the Institute of Applied Economic Research.

Key-words: regional development; border; Rio Grande do Sul.

JEL: R11, R12, R58.

1 Introdução

A faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, apesar de ser mais povoada do que as demais áreas da faixa de fronteira do Brasil possui características encontradas em grande parte das regiões de fronteira. Algumas dessas características, como a insuficiência de infraestrutura de transportes e a ausência de uma gestão compartilhada do território transfronteiriço comprometem o crescimento da economia destas regiões.

Encontrando-se isoladas dos dois lados por seus respectivos governos nacionais, as populações das áreas de fronteira criaram estratégias de sobrevivência, independentemente das decisões advindas das capitais nacionais, aproveitando os fluxos (de pessoas, bens e serviços)

* E-mail: caedre@ig.com.br

** E-mail: gabisevilla@hotmail.com

*** E-mail: rober@fee.tche.br

que atravessam o território e as vantagens econômicas comparativas geradas pela diferença de câmbio (FARRET, 1997). A situação de isolamento é explicada no modelo de evolução histórica das fronteiras nacionais proposto por José González Vallve (1994), onde são identificadas quatro fases: fronteira-fratura; fronteira-costura; fronteira-potencialidade; e espaços de continuidade.

Em um primeiro momento, a fronteira-fratura segue a lógica militarista (em voga no Brasil até a metade da década de 1980), onde a fronteira é tida como área de segurança interna – daí o isolamento e a carência de infraestruturas no território. Em uma segunda etapa surge a fronteira-costura, que se refere a um momento em que os atores transfronteiriços passam a tentar se comunicar para suprimir os efeitos negativos da fronteira, ainda que permaneçam os obstáculos e controles sobre a circulação de bens, serviços e pessoas.

Já na terceira fase, fronteira-potencialidade, ocorre uma cooperação que permite a exploração de situações de complementaridade entre regiões de ambos os lados da fronteira, eliminando-se barreiras alfandegárias e migratórias. Por fim, a quarta etapa (a dos espaços de continuidade) configura um estado ideal, onde se produziria a integração de zonas e regiões fronteiriças. Tal integração ocorreria mediante a eliminação total de obstáculos em postos de fronteira e regiões circunvizinhas, juntamente com a cooperação transfronteiriça em todos os aspectos necessários para o desenvolvimento dessas áreas (VALLVE, 1994). Essa última etapa ainda está longe de acontecer na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul onde, desde o nascimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) até hoje são materializadas muitas das desavenças entre os países-membros nos planos centrais.

Visando entender a realidade sócio-econômica da região da fronteira do Rio Grande do Sul, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e amparada no Acordo de Cooperação Técnica, realiza este primeiro estudo no qual mapeia as atividades econômicas da região da fronteira do Rio Grande do Sul com os países vizinhos. Com esse objetivo este texto se organiza da seguinte forma: na próxima seção serão abordados os elementos territoriais que caracterizam a região da fronteira e os planos de desenvolvimento voltados àquela localidade. Na seção 3 são exploradas características e dificuldades das principais atividades econômicas da região. Já na seção 4 são expostos alguns elementos acerca da infraestrutura da fronteira gaúcha. Por fim, na seção 5, estão registradas as considerações finais.

2 Territorialidade e planejamento

Objetivando identificar a região da fronteira do Rio Grande do Sul, essa seção do artigo aborda a designação legislativa de fronteira e a sinalização territorial da fronteira gaúcha. Além disso, são expostas políticas de planejamento econômico-sociais para esta região.

2.1 A legislação para a faixa de fronteira do Brasil

Segundo a Lei 6.634/79, a faixa de fronteira é considerada área indispensável à segurança nacional e corresponde aos 150 km de extensão, paralelos à linha divisória terrestre do Brasil com dez países da América do Sul. Na faixa de fronteira é vedada, sem o prévio assentimento do órgão federal competente, a prática dos atos referentes à concessão de terras, abertura de vias de transportes e instalação de meios de comunicação; construção de pontes; estradas internacionais e campos de pouso; estabelecimentos ou exploração de indústrias que interessem a segurança nacional.

As restrições ao uso e propriedade da terra situada em faixa de fronteira vêm sendo objeto de debate no Congresso Nacional, onde tramita um projeto de lei que prevê alterações na legislação em vigor.

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou o Projeto de Lei 3321/08 que cria incentivos fiscais para o desenvolvimento de municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil. O projeto estabelece condições para alienação e concessão de terras públicas, instalação de empresas e indústrias e exploração de atividades econômicas na região fronteiriça. As empresas que instalarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem empreendimentos na faixa de fronteira terão direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda devido pelo prazo de 10 anos.

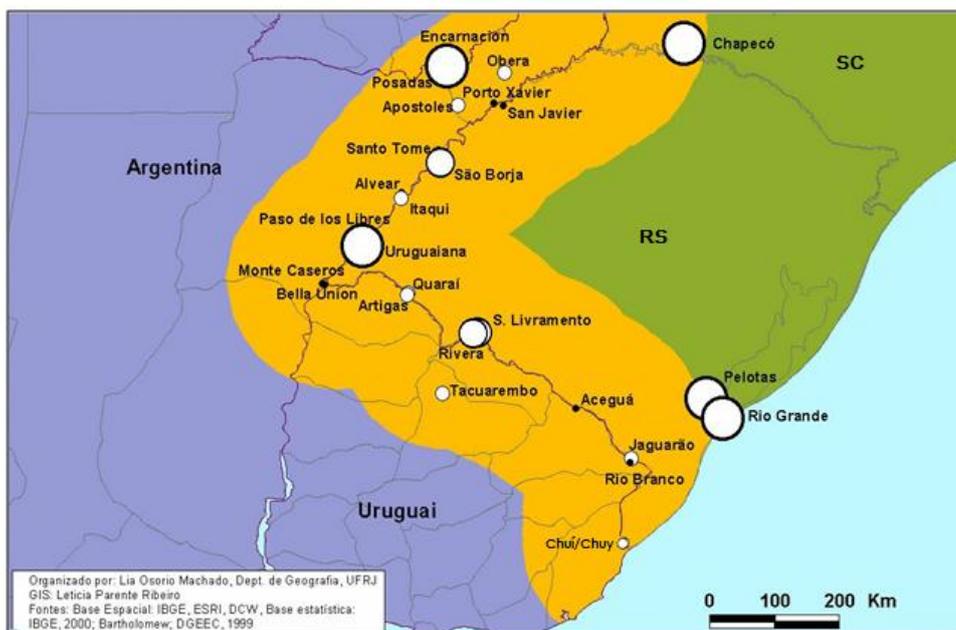
A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O projeto busca amenizar as formalidades da lei vigente, ao dispor o estabelecimento das atividades produtivas na faixa de fronteira (LARCHER, 2012).

2.2 A região da fronteira do Rio Grande do Sul

A faixa de fronteira, bem como a legislação que a rege, é de suma importância para o estado do Rio Grande do Sul. Dos 496 municípios gaúchos 182 estão dentro da faixa de fronteira do Brasil. A repartição do espaço estratégico de produção no estado do Rio Grande do Sul corresponde à posição natural que ocupam, sendo cruciais infraestrutura e logística adequadas. A especialização funcional (polo naval de Rio Grande, Vale dos Vinhedos, pecuária seletiva do Pampa, cultura de grãos nos solos férteis do Noroeste gaúcho) é decorrente de fatores geológicos, geomorfológicos e climáticos de longa duração (VIEIRA, 2012). O mapa 1 demonstra a faixa de fronteira no Rio Grande do Sul e as cidades-gêmeas.

Mapa 1

Cidades gêmeas na faixa de fronteira gaúcha



ELABORAÇÃO: Machado e Ribeiro (2000).

De uma maneira geral, podemos identificar três sub-regiões com características econômicas distintas e bem definidas no Rio Grande do Sul: norte, nordeste, sul. No norte do estado há a predominância da agropecuária, que coexiste com uma industrialização pontual marcada pela cadeia produtiva do fumo, da avicultura, da suinocultura e a fabricação de máquinas e implementos agrícolas.

O nordeste gaúcho destaca-se pelos setores coureiro-calçadista, moveleiro e metal-mecânico. Por fim, na região sul do estado predominam historicamente a pecuária e a rizicultura, que têm pouca participação no emprego e na renda do estado, o que faz com que a região seja considerada economicamente estagnada (BNDES, 2006).

A região da fronteira gaúcha possui características econômicas heterogêneas decorrentes do processo histórico de ocupação do território do Rio Grande do Sul (as regiões de fronteira acompanharam as diferenças entre o norte e o sul do estado).

A distribuição da atividade produtiva do território gaúcho é representada por divisões administrativas chamadas Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social (COREDES). O Rio Grande do Sul possui 28 COREDES, dentre esses, sete, que estão localizados dentro da faixa de fronteira gaúcha serão analisados no decorrer da pesquisa, tendo em vista a maior relevância econômica e a proximidade com o limite internacional.

Tabela 1

Dados dos principais Coredes situados na faixa de fronteira gaúcha

COREDE (NÚMERO DE MUNICÍPIOS)	MUNICÍPIO- SEDE	POPULAÇÃO (2008)	ÁREA (km ²) (2009)	PIB PER CAPITA (R\$) (2007)
Sul (22)	Pelotas	862.499	35.042,9	12.458
Campanha (7)	Caçapava do Sul	213.463	18.240,9	11.086
Fronteira Oeste (13) ..	São Borja	534.993	46.231,0	12.608
Missões (25)	Santo Ângelo	253.407	12.844,6	13.931
Noroeste Colonial (11)	Ijuí	165.786	5.168,1	14.248
Fronteira Noroeste (20)	Santa Rosa	204.634	4.689,0	15.583
Celeiro (21)	Três Passos	144.819	4.743,2	9.418

FONTE: Coelho, Frizzo, Marcondes (2010).

No que tange à economia, a partir da análise dos sete principais COREDES fronteiriços (Celeiro, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões, Fronteira Oeste, Campanha e Sul) é possível visualizar os tipos de atividades produtivas que são desenvolvidos nas diferentes partes da fronteira gaúcha (Tabela 2).

Quadro 1

Atividades produtivas dos principais Coredes da fronteira gaúcha

COREDES	PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS / PRODUTOS	APLs IDENTIFICADAS
Celeiro	Agropecuária (soja, milho, trigo); suínos e leite.	Produção leiteira, indústria de alimentos, indústria moveleira
Noroeste Colonial	Comércio e serviços 48%, agropecuária: 27% e indústria 24% do PIB.	Máquinas e implementos agrícolas/pós-colheita, piscicultura
Fronteira Noroeste	Estrutura produtiva: indústria (35%) e agropecuária (26%)	Máquinas e implementos agrícolas/colheita
Missões	Agropecuária (36% do PIB). Soja, trigo, milho, erva-mate.	Turismo
Fronteira Oeste	Comércio e serviços: 48% do PIB. Agropecuária: 38% do PIB (arroz, soja e trigo).	Gemas e joias, vitivinicultura, ovinocultura de corte
Campanha	Comércio e serviços: 48% do PIB. Agropecuária: 28% do PIB (arroz).	Carnes e bovinocultura de corte
Sul	Comércio e serviços: 49% do PIB. Setor industrial: 35,5% do PIB. Produtos petroquímicos, fertilizantes, arroz.	Doces e conservas, fruticultura e polo naval

FONTE: BNDES – Projeto análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil (2006).

2.3 Políticas de desenvolvimento regional

No estado do Rio Grande do Sul, a concentração espacial do crescimento gera efeitos negativos até mesmo sobre as áreas mais dinâmicas, na medida em que exerce pressão sobre a infraestrutura. Isso reflete uma degradação da qualidade de vida não captada por índices como o IDH e o IDESE (COELHO, FRIZZO, MARCONDES, 2010).

Além disso, em longo prazo, a concentração tende a causar também ineficiência econômica e perda de competitividade, na medida em que causa deseconomias de aglomeração¹. Boisier (1998 *apud* DALLABRIDA, 2000, p. 45) afirma que para se chegar ao desenvolvimento regional (ou territorial) as diversas formas de capital organizado devem ser adequadamente articuladas. O autor destaca os capitais: natural, econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional psicossocial, social, cívico, humano, mediático e sinérgico (DALLABRIDA, 2000).

O papel da educação é fundamental dentro de uma política de desenvolvimento regional. Níveis iniciais de educação da força de trabalho são fortemente relacionados ao crescimento do salário subsequente. Uma região mais educada experimenta um crescimento salarial mais rápido (CHOMITZ; DA MATA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2007, p. 234). Uma ideia corroborada por Due (1970, p. 21):

Altos níveis em matéria de experiência e instrução parecem constituir a principal causa do aumento da renda real per capita. Portanto, investimentos destinados aos incentivos educacionais podem ter influências substanciais para o progresso, caso dos trabalhadores especializados.

A implementação de um plano de desenvolvimento representa o desencadeamento de um processo de reconstrução e reapropriação do território, entendido como o espaço apropriado, com relações de poder incorporadas, relações que podem ser provenientes destes locais ou não.

A reordenação do território desencadeada pela implementação de um determinado plano de desenvolvimento regional produz novas territorialidades, mas também provoca a desterritorialização² nas populações. Há exclusão, como a dos indígenas e posseiros no noroeste gaúcho no início do século XX, ou como a causada pela instalação de hidrelétricas em áreas povoadas, como no rio Uruguai (DALLABRIDA, 2000).

Outro fator importante que deve ser levado em conta em uma política de desenvolvimento voltada às regiões menos dinâmicas do Rio Grande do Sul é o tipo de intervenção que deve ser levada a cabo. Num passado recente, a forma de intervenção na região era através do planejamento tutorado por órgãos públicos governamentais. Hoje, contudo, essa intervenção é feita por meio dos grandes projetos de investimento. Tais projetos se instalam através do governo e de grupos empresariais que assumem o papel de sujeito de um processo no qual os habitantes da região envolvida são meros objetos (DALLABRIDA, 2000).

¹ As deseconomias de escala trazem elevação dos custos de vida devido aos congestionamentos nas vias em que as empresas dependem para movimentar matérias-primas e os produtos.

² O ser humano necessita do seu território, que pode ser de caráter material ou simbólico, para forjar sua identidade. Por sua vez, a desterritorialização é uma "saída" do "território". E este processo requer "naturalmente" uma reterritorialização, ou seja a "criação" de um outro novo território (HAESBAERT, 2005, p.6774). Nesse contexto, os indígenas e camponeses que perdem suas terras em virtude da construção de barragens muitas vezes acabarão nas periferias das cidades, onde buscarão meios de subsistência e concomitantemente produzirão novas territorialidades.

Uma alternativa à falta de representatividade da população da fronteira gaúcha nas políticas governamentais seria o consórcio municipal. No âmbito dos consórcios intermunicipais os municípios trabalham de forma articulada questões que transcendem seu território. Os consórcios intermunicipais assumem, na maioria dos casos, a personalidade jurídica de associação civil sem fins econômicos, possuindo inscrição no CNPJ. (CRUZ, 2010, p. 83).

2.4 Projetos governamentais para a fronteira gaúcha

Atualmente, estão em andamento alguns projetos governamentais direcionados à faixa de fronteira gaúcha que têm foco na produção de energia, no desenvolvimento do turismo e na geração de empregos. Os projetos visam aproveitar as vantagens comparativas dessa parte do Rio Grande do Sul. Além do fornecimento de energia elétrica para as empresas do setor agropecuário, carro-chefe da economia local, os projetos relacionados à geração de empregos se baseiam na vantagem da localização geográfica das cidades de fronteira, caso do projeto que prevê a abertura de *free shops* nessas cidades.

Nos últimos anos, os COREDES localizados na fronteira gaúcha, com exceção do COREDE Sul, vêm perdendo população (tendência que deve se manter pelos próximos anos em virtude dos investimentos no polo naval de Rio Grande). A tabela 3 indica a variação populacional nos COREDES. Em alguns casos a perda de população foi muito alta, como o do COREDE Noroeste Colonial, que entre 1994 e 2011 perdeu mais de 47% de sua população total.

Tabela 2

Evolução da população dos sete principais Coredes da fronteira gaúcha —1994 -2011

COREDES	POPULAÇÃO			
	1994	2000	2006	2011
Celeiro	149.105	143.605	141.294
Noroeste Colonial	316.563	310.882	310.334	167.106
Fronteira Noroeste	208.927	210.366	206.858	203.421
Missões	273.502	266.183	255.077	247.689
Fronteira Oeste	519.746	549.985	541.767	530.283
Campanha	206.098	215.353	217.082	216.623
Sul	777.852	833.640	840.164	845.109

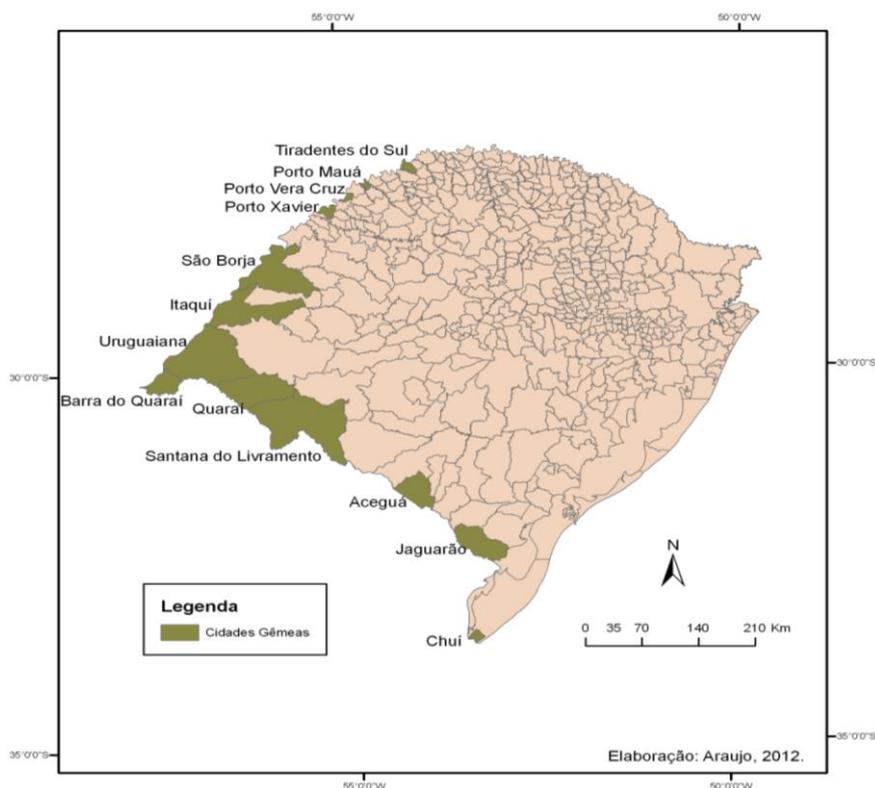
FONTE: IBGE e FEE, 2012.

As demandas das populações das cidades gêmeas da faixa de fronteira do Brasil constituem uma pressão sobre o poder público dos diferentes lados do limite internacional. Os problemas comuns aos núcleos urbanos fronteiriços (segurança, transportes, saneamento, energia, saúde, educação, etc) exigem soluções que para serem eficazes deverão repercutir também do outro lado da fronteira (PEREIRA, 2011).

Nesse sentido, o Governo Federal criou a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF³), que por sua vez estabeleceu a criação de Núcleos Regionais (instâncias operacionais da CDIF) cuja atuação nos territórios deverá ser coordenada pelos governos estaduais. Com isso, cada estado situado na faixa de fronteira terá um Núcleo Regional de Fronteira. Em 29 de julho de 2011 foi criado o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul – Núcleo-RS. O órgão foi instituído pelo Decreto 48.198 e pertence ao Poder Executivo estadual, tendo por finalidade a proposição de medidas e a coordenação de ações de desenvolvimento para a região de fronteira do estado. De acordo com o governo gaúcho, o Núcleo-RS constitui um espaço de coordenação entre as políticas dos governos Federal, Estadual e Municipais para a região da fronteira, além de representar um fórum importante de alinhamento e diálogo com o Uruguai e a Argentina (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Mapa 2

Principais municípios gaúchos onde haverá atuação do Núcleo Regional de Integração da faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul



FONTE: Elaboração própria.

A partir do Núcleo-RS, o Governo do Rio Grande do Sul criou o Plano de Desenvolvimento e Integração da Fronteira – PDIF/RS. A equipe que montou o plano foi composta por membros da Secretaria do Planejamento, da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais, do

³ A CDIF tem como atribuições contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas, visando o desenvolvimento da faixa de fronteira e estimulando a articulação com os governantes locais.

Gabinete do Vice-Governador, da Casa Civil e do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Ao longo da elaboração do PDIF/RS, o Núcleo-RS promoveu reuniões de trabalho que contaram com a participação de: autoridades dos municípios fronteiriços (mapa 2), universidades públicas e privadas com atuação na fronteira, representantes da FEE, do Ministério da Integração, do Itamaraty e do consulado uruguaio em Porto Alegre. O governo do estado promoveu ainda, em julho de 2012, um seminário que contou com a participação dos prefeitos dos municípios inseridos no PDIF/RS e demais instituições que participaram da elaboração do plano.

No seminário foram debatidas muitas sugestões e ideias para o desenvolvimento da economia na fronteira gaúcha. Também foram apresentadas algumas iniciativas transfronteiriças com benefícios concretos. Dentre as iniciativas de cooperação transfronteiriça mencionadas, teve grande repercussão o planejamento em conjunto e a implantação do Projeto Piloto Binacional de Saneamento Básico nas cidades gêmeas de Aceguá (Brasil) e Acegua (Uruguai), iniciativa inovadora na faixa de fronteira do Brasil.

O projeto, que teve 75% do valor custeado pelo FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL), resultou de uma parceria entre os municípios, a CORSAN e a Obras de Saneamento do Estado (O.S.E), empresa de saneamento do Uruguai, e foi coordenado pela Agência de Desenvolvimento da Lagoa Mirim, da Universidade Federal de Pelotas (PREFEITURA DE ACEGUÁ, 2012).

Por fim, outra iniciativa de cooperação transfronteiriça que merece destaque é o Comitê Binacional de Integração em Saúde – Santana do Livramento-Rivera. O par de cidades gêmeas têm um histórico de cooperação na área da saúde que tem gerado efeitos práticos, como o episódio dos 32 partos de grávidas brasileiras realizados em Rivera durante o período de conflito entre médicos e a Santa Casa de Livramento (SILVA, 2010, p. 37).

3 Economia na faixa de fronteira gaúcha

Em decorrência de fatores históricos (tipo de colonização e povoamento), na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, em especial na Fronteira Oeste e na Campanha Gaúcha, há carência de uma agricultura diversificada e bem distribuída devido à presença de latifúndios, o que constituiu obstáculo para a industrialização voltada para o mercado local. Assim, a população rural (não-proprietária) e a urbana não encontram meios de subsistência efetivos na região.

Por sua vez, a região Noroeste, que historicamente possui uma estrutura fundiária com um número de pequenas e médias propriedades bem mais elevado do que a Metade Sul, perdeu população nas últimas décadas, o que pode significar a concentração de terras devido ao fato de grandes proprietários adquirem grandes lotes para a monocultura voltada à exportação, como a produção de trigo, aveia e soja.

O advento do MERCOSUL e a integração econômica abriram a possibilidade de reconversão para regiões estagnadas da fronteira gaúcha, posto que as trocas comerciais com os Estados vizinhos obrigatoriamente passariam pelas fronteiras do Rio Grande do Sul. No entanto, isso não aconteceu em virtude da falta de preparo local para receber transportes de cargas pesadas, da

existência de burocracia legal, da precariedade das rodovias e da falta de incentivo governamental (ILHA; WEGNER, 2006).

O economista estadunidense Douglass North (1995) destaca a importância das redes de transporte e dos incentivos governamentais no desenvolvimento de uma região. O autor citou o exemplo dos Estados Unidos, onde muitas regiões pioneiras desenvolveram-se, a princípio, em torno de um ou dois produtos exportáveis, só diversificando sua base de exportação após a redução dos custos dos transportes. North afirmava que a demanda pelo artigo de exportação da região era fator exógeno, mas o processamento e os custos de transferência não o eram, por isso as regiões deveriam reduzir esses custos. Nesse sentido, os esforços das novas regiões para conseguir melhoramentos internos subsidiados pelo governo, em busca, principalmente, do desenvolvimento da malha viária, eram fundamentais para a redução dos custos de transferência e para a melhoria da posição competitiva de seus produtos de exportação.

No exemplo das regiões pioneiras estadunidenses, o desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, força de trabalho treinada e indústrias complementares foram orientados para a base de exportação. As fazendas-modelo, as universidades e outros grupos de pesquisa locais se tornaram serviços auxiliares para as indústrias de exportação (NORTH, 1955).

Já na realidade gaúcha, as atuais condições de infraestrutura impossibilitam uma política de industrialização da faixa de fronteira, haja vista os problemas de abastecimento de energia elétrica e a precariedade da malha rodoviária. Ainda assim, a industrialização é o caminho a ser seguido de acordo com os economistas Ilha e Wegner (2006), que defendem um projeto de reconversão produtiva para a fronteira gaúcha, em especial para a Fronteira Oeste. Eles afirmam que a região apresenta vantagens locais e maior crescimento efetivo do emprego para setores específicos da indústria (metalúrgico, alimentos e bebidas, borracha/fumo/couro). Essa ideia é compartilhada por Bassan e Siedenberg:

O processo de desenvolvimento regional envolve, além das transformações sociais, também um aproveitamento das diferenças regionais, ou seja, a região deve aproveitar suas vantagens comparativas, diversificar sua economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região (BASSAN; SIEDENBERG, 2008, p. 147).

O aproveitamento das vantagens competitivas existentes na faixa de fronteira gaúcha é fundamental para o desenvolvimento da região. Dentre as vantagens é possível dizer que, de uma maneira geral, o solo é bastante fértil, o relevo é relativamente plano, o espaço de rebanho é grande, chove bastante, há vantagem para o arroz e para a pecuária. O clima é propício ainda ao cultivo do trigo.

Uma eventual reconversão na fronteira gaúcha irá requerer investimentos em infraestrutura, além de apoio fiscal para instalação de empresas e qualificação da mão de obra local para o trabalho industrial (ILHA; WEGNER, 2006). Atualmente, em boa parte da fronteira gaúcha o setor secundário (indústria) possui pouca expressão em relação à competitividade, infraestrutura, nível de escolaridade da mão de obra e incentivo fiscal.

Para haver uma alteração no atual cenário a diversificação da economia local e a criação de agroindústrias são fundamentais. Uma vez que através delas é possível fixar a população rural não-proprietária no campo e criar efeitos de encadeamento sobre a indústria. A diversificação da economia deveria ser impulsionada pelo Estado (investimentos em formação de mão de obra e infraestrutura), tendo em vista que os fornecedores externos de capital tendem a investir antes nas atividades de exportação existentes do que em empresas novas, não testadas (NORTH, 1955).

Ensejando compreender a dinâmica da economia na região, as seções seguintes trazem as algumas restrições econômicas para o desenvolvimento local, as principais atividades presentes e oportunidades de desenvolvimento que estão em vista.

3.1 Aduanas: entrave ao comércio exterior

As relações políticas entre dois ou mais países, e particularmente as normas e dispositivos legais relativos a fronteiras, condicionam geralmente a evolução dos fluxos de intercâmbio e o conjunto de interações que se dão nos espaços de fronteira. A função fiscal (tributação) está presente na origem e no estabelecimento da fronteira. O estabelecimento de uma fronteira-aduana constitui geralmente um fim em si mesmo, uma vontade de delimitar o território para controlar e fiscalizar os trânsitos em benefício do poder instituído (GARCIA, 2006).

As disputas existentes entre os membros do MERCOSUL, em especial as que se materializam nas aduanas da fronteira, podem ser compreendidas através da concepção de Claudio Zarate Max:

Em nome da intensa competitividade entre empresas, de mercados, de produtos e dos lugares, as fronteiras têm assumido um importante significado para o controle estratégico dos territórios, o que, em contrapartida, não impede a possibilidade de um enraizamento da base dos conflitos baseados na utilização das mesmas, como instrumento de inclusão/exclusão, como marca de identidade ou como defesa cultural e econômica, o que denota uma regulação estatal estruturada nesses meios geográficos (MAX, 2008, s/ p.).

Os membros do MERCOSUL por vezes priorizam interesses particulares em prejuízo dos demais parceiros do bloco. Através de medidas unilaterais impõem regras e obstáculos ao comércio intrabloco. Os exemplos mais frequentes desse tipo de artifício são: a manutenção de um reduzido número de funcionários nas aduanas e a exigência de procedimentos burocráticos para o desembaraço de mercadorias importadas. Tais estratégias causam grandes engarrafamentos nos postos de fronteira.

No entanto, mesmo nos momentos de maior afinidade entre os membros do MERCOSUL, quando medidas protecionistas não estão em vigor, alguns postos de fronteira, como o de Uruguiana, sofrem uma sobrecarga. Nesse sentido, uma possível solução para os congestionamentos na Ponte Internacional Uruguiana-Libres seria a transferência de serviços aduaneiros da cabeceira da ponte para o porto seco, tema cuja competência é da Receita Federal do Brasil (FECOMÉRCIO, 2011).

Já na Ponte Internacional da Integração (São Borja-Santo Tomé) o problema é outro. Os prazos de direito de uso de despachantes aduaneiros e entidades representativas que atuam no Centro Unificado de Fronteira (CUF), localizado na margem argentina da ponte, terminam no

mesmo prazo da concessão da Mercovia. A prorrogação do prazo dos direitos de uso seria uma solução (FECOMÉRCIO, 2011).

3.2. O peso econômico do arroz na faixa de fronteira gaúcha

A agropecuária possui grande importância econômica na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul. A produção de arroz é a base da economia de boa parte dos 13 municípios da Fronteira Oeste gaúcha (DEBATES, 2011). O crescimento da rizicultura no Rio Grande do Sul teve início na década de 1960, em meio à tendência verificada no setor arrozeiro brasileiro, de migração do cultivo do arroz da região central do Brasil para o sul do país, devido à maior produtividade e aos menores custos de produção verificados nesta região. Uma das maiores empresas brasileiras do setor de alimentos na atualidade e maior distribuidora de arroz do país, a Camil, iniciou suas atividades no ano de 1963, sob a forma de uma cooperativa, a Cooperativa Agrícola Mista Itaquiense Ltda., em um armazém no município de Itaqui, na Fronteira Oeste gaúcha.

Apesar de sua importância, o cereal não é aproveitado como poderia. Os produtores de arroz do Rio Grande do Sul reclamam dos custos maiores no Brasil (determinado pela existência de mais taxas e impostos e pelo preço de adubos e fertilizantes), superiores aos do Uruguai e da Argentina. Em decorrência dessa situação de insatisfação, diversos protestos já foram realizados pelos arroseiros gaúchos. Um problema latente é que o real se valorizou intensamente nos últimos dez anos. Essa apreciação da moeda brasileira altera os preços relativos.

Em outubro de 2004 os produtores de arroz bloquearam a passagem de caminhões carregados de arroz uruguaio na BR-153, em Aceguá, para chamar a atenção do governo federal. Os agricultores queriam que o Brasil suspendesse a importação de arroz. Na ocasião, o presidente da Associação dos Arroseiros de Bagé, Ricardo Zago, justificou o protesto afirmando que o Brasil havia atingido a autossuficiência na produção de arroz com 11 milhões de toneladas por ano e que seria hora dos parceiros do Mecosul buscarem outros mercados (ESTADÃO, 2004).

A situação do setor arrozeiro é delicada, uma vez que os produtos primários têm seus preços formados em regime oligopsônico na maioria dos casos, o que significa que a margem de ganho dos produtores é estreita por ser controlada pelos compradores. A especialização na produção de bens primários, como o arroz, fragiliza a economia da região, como demonstra este trecho de Paul Singer: “Os produtos agrícolas estão sujeitos a flutuações violentas de oferta, devidas às oscilações das colheitas, o que faz com que seus preços variem fortemente, do que se aproveitam os especuladores” (SINGER, 2004).

3.3 A vitivinicultura nos pampas

Nos últimos anos, a Campanha Gaúcha e a Fronteira Oeste vêm se consolidando como referências na produção da uva de alta qualidade voltada à fabricação de vinhos finos e também no volume crescente de produção. Os produtores são impulsionados pelo programa “Juntos Para Competir”, desenvolvido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do

Sul (Sebrae/RS) – por meio do Projeto Polo de Fruticultura do Pampa Gaúcho –, pela Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

As terras situadas entre os paralelos 30º e 50º são consideradas ideais para a vitivinicultura e as condições são melhores que as da Serra Gaúcha. A uva foi introduzida na Campanha Gaúcha na década de 1970, contudo, até os primeiros anos do século XXI, a região contava com apenas duas vinícolas, a Almadén e a Santa Colina (hoje Nova Aliança), ambas em Santana do Livramento (BLANCO, 2012).

Recentemente o panorama da Campanha Gaúcha mudou. Influenciados pelos produtos de grande qualidade obtidos pelas empresas pioneiras e atraídos pela oferta de terras baratas e boas condições de solo e clima, empresários do setor vinícola buscaram expandir negócios na fronteira agrícola da uva. Hoje em dia, a região conta com 16 vinícolas, de acordo com Afrânio Moraes, presidente da Associação dos Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha. São 1,3 mil hectares plantados em nove municípios por 150 produtores, responsáveis por 15% da produção brasileira de uvas viníferas. A produção que hoje representa 8 milhões de quilogramas por ano deve chegar a 15 milhões em cinco anos (BLANCO, 2012).

Na região da Fronteira Oeste os principais produtores de uva são Quaraí e Uruguaiana. Já a Campanha Gaúcha tem como principais produtores os municípios de Bagé, Dom Pedrito, Santana de Livramento, Candiota, Pinheiro Machado e Encruzilhada do Sul, onde estão instaladas filiais de vinícolas importantes como Almadén (Livramento), Miolo (Candiota), Salton (Bagé) e Peruzzo (Bagé).

De acordo com o pensamento de Adam Smith, que definiu a fonte original do valor de troca, seria mais vantajoso à economia da região que toda a uva cultivada ali fosse processada e transformada em vinho localmente, ao invés de ser levada para vinícolas da Serra Gaúcha, em linha com a teoria das vantagens comparativas de Ricardo: “Adam Smith definiu que a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca e todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor do bem sobre o qual ele foi exercido” (RICARDO, 1979, p.260).

A cada ano a importância da indústria vinícola da Campanha Gaúcha vem aumentando. A vinícola Salton tem feito grandes investimentos, com a compra de 700 hectares de terras em Santana do Livramento. Além disso, estão sendo construídos: um depósito para tratores e insumos agrícolas, um prédio com refeitório, área de lazer e sede administrativa. A previsão é de que para a safra de 2013 uma nova unidade da vinícola já esteja construída na região (OLÁ SERRA GAÚCHA, 2011).

3.4 A expansão da silvicultura na faixa de fronteira

Nos últimos anos a silvicultura tem se colocado como alternativa para o aumento da produtividade e rentabilidade das propriedades rurais do Rio Grande do Sul, em particular na faixa de fronteira da Metade Sul. Esse fato gerou inúmeros debates na sociedade gaúcha. Mesmo com

o zoneamento realizado pela Secretaria do Meio Ambiente, nos últimos anos ocorreu uma considerável expansão da atividade na região.

Em 2002 a área plantada de silvicultura no estado era de 360 mil hectares. No ano de 2010 já atingia 563 mil, segundo dados do IBGE. A questão que se coloca pelo lado ambientalista é o fato da silvicultura tratar-se de um modelo de monocultura que descaracteriza o bioma pampa, além de causar a degradação dos solos .

Por outro lado, segundo analistas econômicos, existe a necessidade de se levar um novo tipo de sistema de produção que dinamize a economia regional, por isso houve a iniciativa de tentar criar uma zona que fosse atrativa para os investimentos neste setor. Iniciativa que atraiu grandes grupos da indústria da celulose (em especial a finlandesa Stora Enso e as brasileiras Votorantim e Aracruz⁴), que adquiriram muitas terras no estado, sobretudo na Metade Sul.

3.5 O polo naval de Rio Grande

O município de Rio Grande está no cerne dos novos investimentos da Petrobras no setor da construção naval. Os investimentos se devem às descobertas de novas reservas de petróleo, como o Pré-sal, que originaram uma demanda pela construção de centenas de embarcações no país e fizeram a indústria naval brasileira renascer.

A Petrobras, através do Plano de Negócios 2011-15, irá aplicar US\$ 213,5 bilhões em atividades desenvolvidas no Brasil. Até 2020, serão necessários 568 barcos de apoio especiais, 94 plataformas e 65 sondas. A essa demanda direta da empresa agrega-se a de seus prestadores de serviços, que encomendam barcos de apoio marítimo e de outros gêneros. Para conseguir atender aos pedidos, estaleiros deverão operar como montadores e irão demandar produtos mais acabados. Com isso, fornecedores eficientes e capacitados serão indispensáveis (MACADAR , 2011).

O polo naval de Rio Grande vem se beneficiando de uma política de descentralização da indústria naval brasileira. No primeiro semestre de 2011, os estaleiros instalados no município contavam com 5.500 empregos diretos, representando 9,8% dos empregos diretos totais dos estaleiros brasileiros. Atualmente, em termos de toneladas de porte bruto (TPB) de obras em andamento, o Rio Grande do Sul é o terceiro colocado no país, com uma participação de 17,94%, atrás de Pernambuco (49,21%) e do Rio de Janeiro (23,70%). Novos empreendimentos estão em via de serem implementados: o Estaleiros do Brasil (EBR), em São José do Norte, e um estaleiro da Wilson Sons, em Rio Grande, deverão reforçar a constituição do polo naval (MACADAR, 2011).

O prefeito de Rio Grande, Fábio Branco, durante o seminário “Rio Grande do Sul: Venha Investir Aqui”, ocorrido em agosto de 2011, apontou os reflexos positivos gerados pela construção do polo naval no município. Segundo o prefeito, o segmento aqueceu a economia da cidade, o que pode ser comprovado pelo crescimento da frota de veículos e da compra de imóveis. Branco afirmou ainda que o polo naval é responsável pela geração de quatro mil empregos na cidade no

⁴ Em 01/09/2009, ocorreu a fusão da Aracruz Celulose com a Votorantim Celulose e Papel que deu origem à Fibria, maior empresa brasileira de celulose e papel.

período de quatro anos (CINTRA, 2011). As novas construções, de prédios residenciais, hotéis, *shopping centers*, supermercados, entre outros complexos, começam a mudar o perfil do município.

Além de aquecer a economia de Rio Grande, o polo naval é estratégico no desenvolvimento da Metade Sul e também vem gerando oportunidades de negócio para diversas empresas gaúchas situadas em cidades distantes dali, como Erechim, Caxias e São Leopoldo. Diversas empresas de fora do estado também estão sendo favorecidas pelas demandas da Petrobras e muitas já operam no Estaleiro Rio Grande. A Ecovix, por exemplo, está ampliando seus investimentos em R\$ 300 milhões, com a construção de uma fábrica de painéis. A Caldepinter, do Rio de Janeiro, fabricante de navieças, já possui uma unidade em Pelotas. A CSE Mecânica e Instrumentação, de Pinhais-PR — especializada em serviços de construção, montagem e testes em mecânica, elétrica e instrumentação —, também possui uma filial em Rio Grande.

Todavia, para que a retomada da indústria naval seja sustentável, alguns requisitos deverão ser atendidos, como: a qualificação da mão de obra local, a incorporação de tecnologia mais avançada, o adensamento da cadeia produtiva e a redução de custos. O aumento da competitividade e a conquista de novos mercados só serão possíveis com o investimento em capacitação, tecnologia e inovação, indispensáveis para tornar o desenvolvimento da região permanente.

O setor de navieças enfrenta gargalos tecnológicos e de escala, ainda que, com o aumento da produção, cresça a possibilidade de fornecimento local. Alguns projetos como um curso de engenharia naval na Universidade Federal do Rio Grande, e a implantação do Parque Científico e Tecnológico do Mar, poderão contribuir para o melhor aproveitamento dos investimentos, favorecendo o desenvolvimento do município (MACADAR, 2011).

Outra possibilidade é a parceria entre o polo naval de Rio Grande e o polo naval de Montevidéu. Uma aposta do governo do estado do Rio Grande do Sul, que defende uma complementaridade dos dois polos, em que os uruguaios se especializarão na produção e fornecimento de navieças às indústrias do polo naval de Rio Grande, evitando uma eventual concorrência entre ambos (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

No que tange à mão de obra qualificada, apesar de a formação de profissionais do segmento da construção naval estar se intensificando em Rio Grande, é preciso um constante investimento para dar conta da demanda dos projetos previstos para os próximos anos. Nesse sentido, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) abriu, em 2012, 1.192 vagas no Rio Grande do Sul para cursos profissionais gratuitos dentro da área de petróleo e gás. O treinamento de trabalhadores é muito importante, uma vez que a Metade Sul gaúcha não tinha tradição neste setor.

A iniciativa privada também vem se movimentando para a capacitação de pessoal (formação de soldadores, em especial) em Rio Grande e arredores. A Quip (primeira empresa a implementar uma plataforma no município, a P-53, finalizada em 2008) possuía, ao final de 2011, cerca de 80% da mão de obra utilizada em seus projetos no polo de Rio Grande sendo proveniente do estado do Rio Grande do Sul, sendo 70% oriunda das proximidades do município — quando da implantação da P-53, os números eram praticamente o inverso (KLEIN, 2012).

A instalação de novos estaleiros em Rio Grande, caso as empresas dividam a responsabilidade de qualificação de trabalhadores, é vista com bons olhos pelo diretor-geral da Quip, Miguelangelo C. Thomé. O dirigente, no entanto, faz algumas ressalvas ao momento vivido pela cidade, lembrando que a cultura da indústria de óleo e gás é “muito perversa”, possuindo uma característica cíclica, tendo em vista que a demanda por novas embarcações oscila. De todo modo, existe a expectativa de que com o avanço na exploração do Pré-sal a demanda por plataformas e embarcações se mantenha.

Em relação ao futuro do polo naval de Rio Grande, a Petrobras reafirmou a intenção dos planos de investimentos bilionários, o que impulsionará a cadeia do petróleo e gás no país pelos próximos dez anos, já que a empresa prioriza o aproveitamento do conteúdo local. No entanto, é preciso lembrar que no presente as empresas brasileiras não são suficientemente competitivas para disputar encomendas internacionais com países que possuem legislações trabalhistas mais flexíveis.

Para que o desenvolvimento social e urbano acompanhe o crescimento econômico em Rio Grande é necessário que o poder público invista em infraestrutura, efetuando um planejamento habitacional para combater, por exemplo, problemas como as deseconomias de aglomeração, bem como a favelização nas zonas urbanas de Rio Grande e Pelotas. Uma situação sintetizada por Eurípedes Falcão Vieira: “Os impactos sociais no sistema urbano ocorrem pela intensificação dos fluxos migratórios em busca de oportunidade de emprego, agregando um contingente populacional de pouca qualificação nos núcleos periféricos urbanos” (VIEIRA, 2012).

Dessa forma, um planejamento ordenado dos municípios e de suas áreas portuárias se mostra indispensável. É bom lembrar que a favelização é uma situação vivida por Macaé-RJ, um município, que assim como Rio Grande, recebeu investimentos milionários da Petrobras em um curto período de tempo. De todo modo, cabe destacar que o advento do polo naval de Rio Grande é o evento mais relevante em termos econômicos ocorrido na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul nas últimas décadas. Ilustrando este avanço, cabe citar que o município de Rio Grande se tornou o 4º maior PIB do estado em 2008, tendo sido o 7º em 2005 (FEE, 2012).

3.6 Os *free shops*

Os *free shops* uruguaios localizados na fronteira com o Rio Grande do Sul geram críticas, sendo responsabilizados pelas perdas no comércio de municípios gaúchos. De acordo com a Fecomércio-RS, tais perdas são decorrentes das práticas comerciais desiguais, visto que os *free shops* gozam de isenções fiscais concedidas pelo governo uruaio (FECOMÉRCIO, 2011).

Em contrapartida à presença dos *free shops* uruguaios ao longo da fronteira gaúcha, tramita no Congresso Federal o Projeto de Lei Federal nº 6.316/2009. O projeto trata da criação de *free shops* do lado brasileiro da fronteira. A proposta, que aguarda aprovação no Congresso Nacional, tem o objetivo de compensar os efeitos negativos da existência dos *free shops* (em especial os uruguaios, no caso do Rio Grande do Sul) para o comércio regional. O mencionado projeto de lei visa a extensão dos *free shops* brasileiros dos aeroportos para abertura em cidades gêmeas da fronteira. De acordo com seu texto, a venda de mercadoria nas lojas francas será:

[...] autorizada, exclusivamente, a pessoa física não residente no País, qualificada como turista estrangeiro, que remova do território nacional, em caráter permanente, bens admitidos a este Regime Aduaneiro Especial, portados em bagagem acompanhada e adquiridos pessoalmente em nome próprio, como consumidor final [...] (Projeto de Lei Federal nº 6.316/2009)

A classe política dos municípios gaúchos de fronteira manifestou-se amplamente favorável a implantação dos *free shops* no lado brasileiro da fronteira. Além de declararem o MERCOSUL e os *free shops* uruguaios como prejudiciais aos municípios de fronteira, os representantes municipais demonstram que se espera muito do projeto que tramita no Congresso.

O presidente da Câmara de Vereadores de Livramento, Sérgio Moreira, relatou que desde a implantação dos *free shops* no lado uruaio, o comércio da cidade entrou em declínio. Ele acredita que a redenção da atividade econômica da cidade está colocada na aprovação do projeto que possibilita a abertura de *free shops* nas cidades de fronteira.

Daltro Bernardes, representante da prefeitura de Itaqui, afirmou que desde a criação do MERCOSUL as dificuldades das cidades de fronteira se agravaram. Ele defendeu a necessidade dos *free shops* no lado brasileiro. Washington Lucas, representante da prefeitura de Aceguá, acredita que o projeto é uma saída para a fronteira. Ele destacou que a criação do MERCOSUL significou para o município uma queda acentuada na atividade comercial e uma elevada perda de postos de trabalho no comércio. O representante da prefeitura de Jaguarão, Paulo Vieira, destacou que a economia da fronteira sempre esteve voltada para o comércio com o Uruguai e hoje vê o crescimento do desemprego. Ele defende uma mobilização para que seja aprovado o projeto que possibilita a abertura dos *free shops* (GUERRA, 2012).

De toda sorte, existem contestações à eficácia da instalação de *free shops* do lado brasileiro. Isso porque apenas estrangeiros poderiam se beneficiar dos incentivos fiscais e é contestável o tamanho do mercado oferecido pelos estrangeiros.

4. Infraestrutura na região de fronteira do Rio Grande do Sul

Agregar valores à produção primária é uma das principais demandas dos habitantes da faixa de fronteira do Rio Grande do Sul. Em uma análise sobre a economia da Fronteira Oeste gaúcha, o presidente da câmara dos vereadores de São Borja, Celso Lopes, afirmou que a região precisa se industrializar, uma vez que os produtos da região são, muitas vezes, vendidos *in natura*, o que reduz bastante a possibilidade de arrecadação. O vereador afirmou ainda que setor que está mais bem desenvolvido é o do arroz, que conta com grandes empresas de beneficiamento.

Um dos principais empecilhos ao desenvolvimento da Fronteira Oeste é a falta de investimento em infraestrutura. Existem problemas nas principais estradas que escoam a produção. Em São Borja, por exemplo, não há acesso asfáltico para o interior do município (MATOS, 2011). A conclusão da pavimentação da BR 472 entre Garruchos e São Borja é considerada fundamental, principalmente em função da futura construção de hidrelétrica de Garabi. Outra obra importante é a construção do anel rodoviário ligando as BR 472 e 290 em Uruguaiana (FECOMÉRCIO, 2011).

O transporte hidroviário é outro entrave para a economia da faixa de fronteira gaúcha, em especial para a fronteira com a Argentina, onde no estado só existem pontes em São Borja e Uruguaiana. Nas demais cidades gêmeas situadas à margem do rio Uruguai, como Porto Mauá, por exemplo, a travessia de veículos e pessoas é realizada por balsas. Contudo, os usuários apontam alguns problemas frequentes, como o impedimento do tráfego nos dias em que o nível das águas do rio Uruguai está elevado e os atrasos para o início do tráfego nas manhãs com neblina, sobretudo no inverno (DIETZ, 2008).

Nas aduanas de Porto Mauá e Alba Posse-ARG, ponto de fronteira com grande fluxo de pessoas e veículos devido às distâncias de Encarnacion (160 quilômetros) e de Ciudad del Este (265 quilômetros), a deficiência do serviço de balsas acarreta congestionamentos e perda de tempo, o que pode significar prejuízo aos motoristas: “[...] a travessia do rio Uruguai na manhã da última sexta-feira (15/06/2012) só foi permitida a partir das 10 horas, duas horas após o horário normal, em função de uma forte neblina” (JORNAL NOROESTE, 2012b).

Com o objetivo de gerar estratégias diante dos cenários de neblina, os prefeitos de Porto Mauá e Alba Posse, juntamente com proprietários das empresas de transporte fluvial, representantes das aduanas, *Gendarmeria*, Prefeitura Naval, *Migración* e SENASA se reuniram e decidiram pela realização de um estudo para a instalação de um sistema de bóias e de iluminação para a travessia de balsas em dias de forte neblina (JORNAL NOROESTE, 2012b).

O projeto de construção de uma terceira ponte sobre o rio Uruguai, entre Brasil e Argentina, foi contemplado na cartilha de projetos da IIRSA⁵ – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Três pares de cidades-gêmeas (Porto Xavier-San Xavier; Porto Mauá-Alba Posse e Itaqui-Alvear) surgem como as principais candidatas para o recebimento da infraestrutura, que ampliaria as possibilidades de interligação entre os dois países (RÜCKERT, 2012).

Em relação ao transporte aéreo, a falta de aeroportos funcionando com rotas regulares é um entrave para setores como o turismo. Algumas demandas pela recuperação de pistas e abertura de aeroportos são antigas. Em 28 de maio de 2012 o prefeito de São Borja, Mariovan Weis, solicitou recursos junto ao governo do estado do Rio Grande do Sul para o aeroporto do município. Segundo o prefeito, a verba será utilizada para o recapeamento da pista asfáltica de pouso e decolagem. O aeroporto local, mantido pela prefeitura com apoio do aeroclube, é utilizado principalmente em função de eventos políticos. Mariovan Weis trabalha, porém, com a perspectiva da ativação de linha aérea regular, o que demandaria uma reforma geral no aeroporto (PREFEITURA DE SÃO BORJA, 2012).

Na área de energia, a Fronteira Oeste possui expectativas em relação à inauguração de uma termelétrica em São Borja que produzirá energia para abastecer uma cidade de 80 mil habitantes a partir da casca do arroz. O empreendimento – de uma empresa alemã – está em fase de testes (LOPES; MARIANO, 2011).

⁵ A IIRSA é um programa conjunto dos governos dos 12 países sul-americanos que tem o objetivo de promover a integração dos países do subcontinente. Para tanto o projeto prevê a modernização das infraestruturas de transporte, energia e telecomunicações, através de ações conjuntas. O programa foi criado por meio de uma proposta apresentada em agosto de 2000 em Brasília, na reunião de presidentes da América do Sul.

Também na Fronteira Oeste existe uma demanda pela irrigação do solo, o que possibilitaria safras rentáveis de soja, de milho, bem como a criação de gado e ovelhas. Numa segunda etapa, viria a industrialização dos produtos.

4.1 A energia elétrica na fronteira: eólica, hidrelétrica e gás

A energia elétrica passou a ser amplamente implantada no Rio Grande do Sul nas décadas de 1970/1980, quando ela se expandiu até o campo. Antes desse período, o estado era pobre em eletrificação (AMFRO, 2012). Apesar da chegada da eletricidade, as duas metades do estado – Norte e Sul – mantiveram padrões econômicos bem distintos. Grosso modo, a configuração econômica do estado pode ser definida por um sul rural e um norte industrial.

A falta de industrialização na Metade Sul do Rio Grande do Sul (que possui grande parte de seu território dentro da faixa de fronteira) tornou o setor produtivo primário muito vulnerável. Hoje, investimentos no setor secundário dependem de condições propícias, como o fornecimento de energia. Daí a importância dos novos investimentos em curso na região, como as novas plantas de energia eólica.

A Eletrosul inaugurou em 16 de junho de 2012 o Complexo Eólico Cerro Chato, com 45 aerogeradores que já estão em funcionamento, com geração total de 90 megawatts de energia. Foram investidos R\$ 440 milhões no empreendimento, localizado em Santana do Livramento. A obra faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) e é o primeiro empreendimento a entrar em operação entre os que foram contratados pelo primeiro leilão de fontes eólicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2009.

A Eletrosul está construindo mais 21 parques na região, somando 492 MW de energia, que deverão entrar em funcionamento nos próximos dois anos. Apesar do investimento, a matriz hidrelétrica continuará sendo a principal do estado e do país. De acordo com o presidente da empresa, Eurides Mescolotto, a energia eólica é uma fonte de energia complementar. Segundo o presidente: “A energia eólica nunca será a principal fonte de nenhum país, mas ela é importante como complemento de uma energia limpa e renovável” (CORREIO DO POVO, 2012).

Outro empreendimento importante no setor de energia eólica é o Complexo Eólico Corredor do Senandes, situado no município de Rio Grande e operado pela empresa Odebrecht Energia. A primeira fase do complexo contempla quatro parques eólicos: Corredor do Senandes II, III e IV e Vento Aragano I. Com início de implantação previsto para o segundo semestre de 2012, e previsão para início da geração de energia para o segundo semestre de 2013 (ODEBRECHT, 2012).

No noroeste do estado, por sua vez, a região da faixa de fronteira receberá uma nova hidrelétrica. Em junho de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica liberou a outorga da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Bela União, autorizando assim a Cooperluz a iniciar a construção da usina junto ao rio Santa Rosa. A usina terá capacidade de gerar uma energia média de 819 mil kW pelo período inicial de 30 anos, podendo atender a demanda de aproximadamente 3 mil e 500 famílias (JORNAL NOROESTE, 2012a). A energia vai servir para dinamizar a

economia da faixa de fronteira do noroeste gaúcho, uma região produtora de trigo, soja, leite, suínos, aveia, bovinos etc.

Além de Bela União, existem outras duas hidrelétricas projetadas para o rio Uruguai: Roncador (Porto Vera Cruz) e Garabi (Garruchos). As novas hidrelétricas estão incluídas no PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado ainda na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A usina projetada para Porto Vera Cruz terá reflexos econômicos em toda a região Noroeste, mas com maior impacto nos municípios costeiros (Alecrim, Porto Mauá, Novo Machado e Doutor Maurício Cardoso), que terão áreas alagadas. Em municípios que serão atingidos, como Porto Mauá e Alba Posse (Argentina) já existem movimentos populares que lutam contra a hidrelétrica.

Em outro exemplo de integração energética no MERCOSUL, a cidade de Uruguiana é abastecida de gás argentino. O gasoduto Paraná-Uruguiana (operado no Brasil pela Transportadora Sul Brasileira de Gás e na Argentina pela Transportadora de Gas de MERCOSUR), foi inaugurado no ano 2000 e permite o abastecimento de gás natural à Central Térmica de Uruguiana (de 600 MW de potência). Há previsão para que seja feita uma extensão do gasoduto que transportará gás à cidade de Porto Alegre.

4.2 As universidades na fronteira

Em um mundo em transformação, comandado pelas técnicas e pela expansão da economia global, os municípios da faixa de fronteira gaúcha precisam investir em conhecimento, formação técnica e qualificação de sua população. Só assim evitarão uma situação de estagnação e ostracismo. Essa ideia é corroborada nas palavras de Eurípedes Falcão Vieira:

À medida que políticas públicas se voltarem com maior dimensionamento a padrões de ensino, em todos os níveis, compatíveis com as exigências da modernidade global, o Rio Grande do Sul atingirá níveis de desenvolvimento já encontrados em outros lugares estratégicos da economia global (VIEIRA, 2012, p.132).

A presença de centros universitários é um elemento importante em se tratando de uma eventual reconversão econômica da faixa de fronteira gaúcha. Nesse sentido, nos últimos anos, novos campi universitários foram abertos na região. Hoje, diversos campi – de universidades públicas e privadas – estão distribuídos em municípios localizados na faixa de fronteira gaúcha, desde Jaguarão, fronteira com o Uruguai, até Santa Rosa, nas proximidades da fronteira Argentina.

Os municípios de Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Caçapava do Sul, São Gabriel, São Borja e Itaqui possuem campi da Universidade da Região da Campanha – URCAMP (que tem como mantenedora a Fundação Atila Taborda). Nesses mesmos municípios estão instalados os campi da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (que ainda possui campi em Jaguarão e Uruguiana).

A UNIPAMPA (criada pela Lei Federal nº 11.640 de 11/01/2008) surgiu com o objetivo de minimizar o processo de estagnação econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul. A

implantação de universidades e a qualificação da mão de obra favorecem a permanência da população jovem em sua região de origem.

Na fronteira gaúcha, a UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) possui campi nos municípios de Alegrete, Santana do Livramento, São Borja, São Luiz Gonzaga, Três Passos e Bagé. No entanto sua ação é limitada por possuir, na maioria das vezes, apenas dois cursos por campi: Pedagogia e Tecnologia em Agropecuária.

Outras duas instituições com presença ativa na Metade Sul são a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) que desde 2010 possui um Núcleo de Estudos Fronteiriços na cidade de Santana do Livramento e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), cujos campi se localizam em Pelotas e Rio Grande, respectivamente. A cidade de Rio Grande conta ainda com uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS e Pelotas com o IFSUL.

O noroeste da fronteira gaúcha também conta com algumas universidades. Entre as instituições de maior destaque estão a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), campi em Ijuí (UNIJUI) e a FIMA – Faculdades Integradas Machado de Assis, com campi em Santa Rosa.

Apesar de possuir sua sede na capital gaúcha, a Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) também está presente na fronteira gaúcha, em Uruguaiana, desde a criação da primeira faculdade de Zootecnia no Brasil, em 1966. Além disso, recentemente, em julho de 2012, na PUC de Porto Alegre, ocorreu um seminário internacional, sob a direção da professora Maria Izabel Mallmann (PGCS/PUC), que abordou a problemática do desenvolvimento e integração na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul.

A iniciativa pioneira da PUC/RS contou com a participação de representantes do governo estadual, do governo uruguaio, da FEE, da Universidad de Buenos Aires, da UDELAR (Uruguai), da UFPeL, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidad de los Andes (Venezuela), entre outros.

As iniciativas de universidades como PUC/RS, UFRGS e UFPeL, que visam o desenvolvimento de projetos na faixa de fronteira gaúcha, são de suma importância, haja vista que a maioria das universidades localizadas nos municípios de fronteira é de implantação recente e possui um número limitado de cursos. Todavia esses campi são fundamentais para a fixação da população jovem em seus municípios de origem, bem como para a formação de quadros técnicos necessários ao desenvolvimento da economia da região.

5 Considerações finais

A faixa de fronteira do Rio Grande do Sul apresenta uma economia com base na produção agropecuária. A indústria vinícola, o polo naval de Rio Grande e a produção de energia (eólica, térmica ou hidrelétrica) são atividades complementares na economia da região. É ponto pacífico que o potencial dessa economia poderia ser melhor aproveitado, uma vez que grande parte da produção agrícola é comercializada sem beneficiamento.

Existe, ainda, a necessidade de uma diversificação da produção e de um maior nível de industrialização (com o aproveitamento das vantagens comparativas da região), o que agregaria valor aos seus produtos. Nesse sentido, a presença das universidades é um ponto de apoio a um eventual projeto de reconversão econômica da região (fornecimento de mão de obra qualificada).

Projetos como o que visa a geração de empregos através da abertura de *free shops* podem não surtir os resultados esperados, haja vista que, nesse exemplo, os brasileiros não poderão comprar produtos nas lojas de importados e a população das cidades fronteiriças argentinas e uruguaias constituem um mercado consumidor relativamente pequeno. Além disso, o diferencial do câmbio (atualmente o real está mais forte do que o peso uruguaio e o peso argentino) desencorajaria os cidadãos dos países vizinhos a comprarem nos *free shops* gaúchos.

Por sua vez, projetos de geração de energia e de infraestrutura viária (aeroportos, pontes, duplicação/asfaltamento de rodovias, ativação/construção de ferrovias e hidrovias) são fundamentais para o desenvolvimento da economia local. O melhoramento da malha viária, em especial, permitiria que produtores de áreas remotas pudessem comercializar seus produtos por preços melhores, o que geraria um maior volume de recursos (lucros maiores) e seria uma forma de fixar a população nesses locais.

Além do escoamento da produção agropecuária, a melhoria da infraestrutura de transportes favoreceria o surgimento/desenvolvimento de indústrias e de outras atividades econômicas que poderiam potencializar os atrativos da região, como o turismo (valor histórico das Missões, pesca no rio Uruguai, degustação de vinhos da Campanha), por exemplo.

Em relação à produção de energia, alternativas à construção de pequenas centrais hidrelétrica, como a que resultará no desaparecimento do Salto do Yucumã devem ser pensadas. Nesse caso, não apenas a população que será atingida com a inundação, mas a de todo estado deveria ser consultada.

Juntamente com iniciativas de geração de emprego e atração de empresas e investimentos para a fronteira gaúcha devem ser implantadas melhorias nos sistemas de saneamento básico e no tratamento de esgoto e dejetos oriundos dos campos de cultivo. Nesse contexto, a fiscalização sobre o uso de fertilizantes e herbicidas é indispensável para o controle da poluição das águas.

Apesar de o fator localização (os municípios gaúchos de fronteira estão em área de segurança nacional) dificultar legalmente a resolução de problemas e a tomada de decisões em conjunto pelas populações das cidades gêmeas, iniciativas como o PDIF/RS emergem como um espaço de diálogo fundamental entre as esferas local, regional e federal de poder. O plano fornece um suporte para o desenvolvimento das economias e da infraestrutura na faixa de fronteira gaúcha.

Por fim, o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul nasce com a importante função de pressionar o governo federal no sentido de alavancar projetos de desenvolvimento e de defesa do meio ambiente, bem como de tentar fazê-lo compartilhar parte de suas competências.

Referências

BASSAN, Dilani; SIEDENBERG, Dieter. *Desenvolver buscando a redução das desigualdades*. In: Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2008.

BASSO, Luis Alberto. Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul: implicações ambientais. In: VERDUN, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY; Dirce Maria (org.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BERTÊ, Ana Maria de Aveline. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUN, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY; Dirce Maria (orgs.). *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BLANCO, Beto. PORTAL FRONTEIRA OESTE. Disponível em <<http://www.portalfrenteiraoeste.com.br/site/beto-blanco/858-regiao-da-campanha-se-transforma-em-centro-de-vinhos-finos.html>>. Acesso em 28 jun. 2012.

BOFILL, Jorge Francisco. *Os Caminhos da História e suas lições*. Uruguiana: AMFRO, 2001. Disponível em <<http://b.daterraamfro.sites.uol.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

CARBAJAL, Miguel. El Uruguay productivo. In. *Uruguay, el país aéreo y sus tesoros*.. Montevideu: El País, 2010.

CARBAJAL, Miguel. *Uruguay, el país y sus 19 departamentos*: Rivera. Montevideu: El País, 2010.

CHOMITZ, Kenneth; DA MATA, Daniel; MAGALHÃES, João Carlos; CARVALHO, Alexandre. *Ensaio de Economia Regional e Urbana*. Brasília: IPEA, 2007.

CINTRA, Rodrigo. Portal Marítimo. Disponível em <<http://portalmaritimo.com/2011/08/23/polo-naval-aquece-rio-grande/>>. Matéria de 8 de agosto de 2011. Acesso em 26 jul. 2012.

COELHO, João Gilberto; FRIZZO, Paulo Afonso; MARCONDES, Valéria. Pró-RS: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). Porto Alegre: Fórum Coredes, set. 2012. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=M93uckoNh9k%3D&tabid=3210&mid=4628>>. Acesso em: 14 set. 2012.

CORREIO DO POVO. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=434013>>. Matéria de 16 de junho de 2012. Acesso em 26 jun. 2012.

CRUZ, Maria do Carmo Toledo. Cooperação intermunicipal: a experiência paulista como instrumento para o desenvolvimento local. In: DOWBOR, Ladislau; PORCHMANN, Marcio (orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

DALLABRIDA, Valdir. Sustentabilidade e Endogenização: Novos paradigmas para o Desenvolvimento Regional. In: BECKER, Denizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (Org.). *Desenvolvimento Local/Regional - Determinantes e Desafios Contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

DEBATES GAÚCHA. <<http://wp.clicrbs.com.br/gauchadebates/2011/09/15/sem-acesso-asfaltico-para-escoar-a-producao/>>. Matéria de 15 de setembro de 2011. Acesso em 26 jun. 2012.

DIETZ, Circe. *Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infraestruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração transfronteiriça* (dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS/POSGEA, 2008.

DUE, John. *Tributação indireta nas economias em desenvolvimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

ESTADÃO – O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2004/not20041020p1017.htm>>. Matéria de 20 de outubro de 2004. Acesso em 26 jun. 2012.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO, Iara Regina; KOCH, Mirian Regina; OLIVEIRA, Naia; SCHÄEFFER, Neiva Otero e STROHAECKER, Tânia. (orgs.).

Fronteiras na América Latina: espaços em transformação. Porto Alegre: UFRGS. Fundação de Economia e Estatística, 1997.

FECOMÉRCIO-RS. SUMÁRIO DAS DEMANDAS EMPRESARIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA LOGÍSTICA. Porto Alegre: Fecomércio-RS Disponível em www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1317145790.doc. Atualizado em 23 de agosto de 2011. Acesso em 26 jun. 2012.

FORCHEZATTO, Adelar. Os efeitos da estiagem sobre a economia gaúcha. In: *Conjuntura política e econômica do Rio Grande do Sul: uma análise da década de 2000*. Porto Alegre: Nova Prova. 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: Ensaios históricos*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001. 189 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Estatísticas - PIB. Disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib.php. Acesso em 14 set. 2012.

GARCIA, Eusébio M. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. *Estudios Fronterizos* vol. 7, n° 13, janeiro-junho 2006, pp. 9-27.

GUERRA, Cristiano. PORTAL FRONTEIRA OESTE. Disponível em <<http://www.portalfrenteiraoeste.com.br/site/novidades/113-economia/970-cidades-da-fronteira-mobilizadas-para-abertura-de-free-shops.html>>. Acesso em 26 jun. 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

ILHA, Adair; WEGNER, Rubia. *Análise estrutural diferencial comparada dos COREDES Serra e Fronteira Oeste, 1985-1995*. Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e2-06.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2012..

INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas de 2010. Disponível em <<http://www.indec.mecon.ar/>>. Acesso em 15 ago. 2012.

JORNAL NOROESTE. Disponível em <<http://www.jornalnoroeste.com.br/ECONOMIA/ANEEL-autoriza-Cooperluz-a-construir-PCH-Bela-Uniao/>>. Matéria de 12 de junho de 2012. Acesso em 28 jun. 2012.

JORNAL NOROESTE. Disponível em <<http://www.jornalnoroeste.com.br/REGIAO/Neblina-formou-filas-em-Porto-Maua/>>. Matéria de 16 de junho de 2012. Acesso em 28 jun. 2012

KLEIN, Jefferson. Jornal do Comércio. Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=90590>>. Matéria de 26 de julho de 2012. Acesso em 26 jul. 2012.

LARCHER, Marcelo. AGÊNCIA CÂMARA. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/economia/420115-relacoes-exteriores-aprova-incentivos-fiscais-nas-faixas-de-fronteira.html>>. Acesso em 26 jun. 2012.

LOPES, Marina; MARIANO, Nilson. Debates Gaúcha. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/gauchadebates/2011/09/30/irrigacao-do-solo-solo-tambem-e-desafio/>>. Matéria de 30 de setembro de 2011. Acesso em 26 jun. 2012.

MACADAR, Beky Moron. A ascensão do polo naval de Rio grande. *Carta de Conjuntura*, Porto Alegre, ano 20, n. 12, 2011. Disponível em <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/carta/por/carta2012.pdf>>. Acesso em 25 jul 2012.

MACHADO, Lia Osório.; RIBEIRO, Letícia. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de fronteira*. Brasília: Ministério da Integração, 2005. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/publicacoes/programasregionais/livro.asp>>. Acesso em 25 set. 2012.

MATOS, Eduardo. Debates Gaúcha. Disponível em <<http://wp.clicrbs.com.br/gauchadebates/2011/10/03/liderancas-da-fronteira-oeste-defendem-medidas-para-agregar-valor-a-producao-de-arroz/>>. Matéria de 3 de outubro de 2011. Acesso em 26 jun. 2012.

MAX, Cláudio Zarate. *Desenvolvimento das economias locais de fronteira: as dissimetrias, as possibilidades de cooperação econômica e o papel das proximidades organizacionais*. Revista Oidles, vol. 2, nº 5 (dez. 2008). Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/oidles/05/czm.htm>>. Acesso em 26 jun. 2012.

MENEGOTTO, Ricardo; OLIVEIRA, Giovana Mendes de. *Rio Grande do Sul: história e geografia*. São Paulo: Quinteto Editorial, 1999. 160p.

MOREIRA, Ígor; COSTA, Rogério H. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986 (2ª ed.). 110p.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

ODEBRECHT. Disponível em <<http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias?id=17451>>. Matéria de 14 de maio de 2012. Acesso em 25 jul. 2012.

OLÁ SERRA GAÚCHA. Disponível em <<http://www.olaserragaucha.com.br/noticias/economia-e-negocios/15197/Vinicola-Salton-amplia-atuacao-na-Fronteira.html>>. Matéria de 19 de outubro de 2011. Acesso em 26 jun. 2012.

PEREIRA, Embaixador Ruy Carlos. Os desafios do desenvolvimento e da integração fronteiriça. In: *Brasil-Uruguai: os próximos 20 anos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 308p.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL Porto Alegre: PDIF/RS. Disponível em <http://www.relinter.rs.gov.br/upload/20120719153052pdf__versao_seminario.pdf>. Acesso em 09 ago. 2012.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CELEIRO-RS. Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais. Ijuí: Editora Unijuí, 2010. Disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZppkwTUMKio%3D&tabid=5363&mid=7972>>. Acesso em 14/08/2012.

PREFEITURA DE ACEGUÁ. Disponível em <<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>>. Matéria de 29 de maio de 2012. Acesso em 09 ago. 2012.

PREFEITURA DE SÃO BORJA. Disponível em <http://www.saaborja.rs.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1451:prefeit-o-busca-investimento-ao-aeroporto-de-sao-borja&catid=14:ultimas-noticias&Itemid=231>. Acesso em 27 jun. 2012.

PROJETO DE ANÁLISE DO MAPEAMENTO E DAS POLÍTICAS PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE DO BRASIL. (2006). Rio Grande do Sul: BNDES, jul. 2012. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Analise_RS.pdf>. Acesso em 13 jul. 2012.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

RIO GRANDE DO SUL. Núcleo Regional de integração da faixa de fronteira. *Plano de desenvolvimento e integração da faixa da fronteira do estado do Rio Grande do Sul* – PDIF/RS.

Disponível em:

<http://www.relinter.rs.gov.br/conteudo/875/?Construa_o_PDIF_no_Semin%C3%A1rio_do_Governo_RS_em_23%2F07%2F12>. Acesso em 08 jul 2012.

RÜCKERT, Aldomar; GRASLAND, Claude. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Européia. In: *Revista de Geopolítica*, vol. 3, nº 2, (2012). 90-112 pp. Disponível em <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.3/index.php/rg/issue/view/10/showToc>>. Acesso em 29 jun. 2012

SILVA, Maurício Pinto da. *Cooperação em saúde na fronteira Brasil/Uruguai*. Pelotas: Editora UFPel. 2010. 170p.

SINGER, Paul. *Aprender Economia*. 23ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VALLVE, José L González. *Integración fronteriza: experiencia de la Unión Europea*. Montevideu: Cefir, 1994.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Geografia do Rio Grande do Sul: territorialidade – ambientes naturais – sociedade*. Porto Alegre: Renascença/EDIGAL, 2012. 144p.